

---

**Lei 1300/2025**

(Projeto de Lei nº 020/2025 – Autoria: Vereadora Zélia do Rick Charles)

**INSTITUI O SELO “ESCOLA INCLUSIVA -  
NEURODIVERSIDADE” NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE CONDE E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A Prefeita Constitucional do Município de Conde**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Conde, Estado da Paraíba faz saber o que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Conde, o Selo “Escola Inclusiva - Neurodiversidade”, destinado a reconhecer e certificar as unidades escolares da rede municipal de ensino que se destacam na promoção de práticas pedagógicas e ambientes inclusivos para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e outras condições do neurodesenvolvimento.

**Art. 2º** O Selo “Escola Inclusiva - Neurodiversidade” tem como objetivos:

**I** - Valorizar e dar visibilidade às escolas municipais que desenvolvem ações exitosas de inclusão para alunos neurodivergentes;

**II** - Incentivar a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, adaptações ambientais e estratégias de acolhimento que favoreçam o aprendizado e a participação de todos os alunos;

**III** - Estimular a troca de experiências e boas práticas entre as unidades escolares da rede municipal;

**IV** - Promover uma cultura de respeito à diversidade e de valorização das potencialidades de cada aluno;

**V** - Fortalecer o compromisso da rede municipal de ensino com a educação inclusiva.

---

## CAPÍTULO II

### DOS CRITÉRIOS E CONCESSÃO

**Art. 3º** Poderão pleitear o Selo “Escola Inclusiva - Neurodiversidade” as unidades escolares da rede municipal de ensino de Conde que comprovem a implementação de práticas inclusivas consistentes, tais como:

**I** - Adaptação de espaços físicos para atender às necessidades sensoriais dos alunos (ex: salas de acolhimento, redução de estímulos visuais/auditivos excessivos);

**II** - Utilização de rotinas visuais, comunicação alternativa e aumentativa e outros recursos de acessibilidade comunicacional;

**III** - Implementação de Planos Educacionais Individualizados (PEI) ou estratégias pedagógicas diferenciadas para alunos com TEA/TDAH;

**IV** - Promoção de formação continuada para seus profissionais sobre neurodiversidade e inclusão;

**V** - Desenvolvimento de projetos que envolvam a participação ativa de alunos neurodivergentes e suas famílias na comunidade escolar;

**VI** - Ações comprovadas de combate ao bullying e à discriminação;

**VII** - Outras práticas relevantes que demonstrem o compromisso da escola com a inclusão, a critério da comissão avaliadora.

**Art. 4º** A concessão do Selo será realizada pela Câmara Municipal de Conde, por meio de uma Comissão Especial designada para este fim, composta preferencialmente por membros das Comissões de Educação e de Direitos Humanos, podendo contar com a participação consultiva de representantes das Secretarias de Educação e Saúde, do Conselho Municipal de Educação e de associações de pais ou especialistas, sem ônus adicional para o erário.

**§ 1º** O procedimento para inscrição, análise de documentação comprobatória (relatórios, fotos, planos pedagógicos, etc.) e concessão do Selo será definido em Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal, garantindo critérios objetivos, transparentes e adaptados à realidade escolar.

**§ 2º** O Selo terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovado mediante nova comprovação das práticas

---

### **CAPÍTULO III**

#### **DO USO E DIVULGAÇÃO**

**Art. 5º** A concessão do Selo “Escola Inclusiva - Neurodiversidade” não implicará em qualquer ônus financeiro direto ou concessão de benefícios materiais à escola por parte do Município, tratando-se de um reconhecimento público de caráter honorífico e de estímulo.

**Art. 6º** As escolas agraciadas com o Selo poderão utilizá-lo em seus materiais de divulgação, documentos oficiais e fachada, conforme regulamentação a ser estabelecida pela Câmara Municipal.

**Art. 7º** A Câmara Municipal de Conde e a Secretaria Municipal de Educação promoverão a divulgação das escolas certificadas como exemplos de boas práticas em inclusão.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conde, 15 de julho de 2025.

**KARLA PIMENTEL**  
Prefeita de Conde